

MARIA REGINA DOMINGUES DE ANDRADE

**ESTUDO DA METODOLOGIA ADOTADA PELA PASTORAL DA CRIANÇA
NAS AÇÕES VOLTADAS À COMUNIDADE: UMA ABORDAGEM PARA A
COMUNIDADE ESCOLAR DE CURITIBA.**

Monografia apresentada ao
Departamento de Contabilidade, do
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná, como
requisito para obtenção do título de
Especialista em Formulação e Gestão
de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Blênio César
Severo Peixe

**CURITIBA
2007**

*“Não criarás a prosperidade se
Desestimulares a poupança
Não fortalecerás os fracos se
Enfraqueceres os fortes,
Não ajudarás o assalariado se Arruinares
aqueles que o pagam
Não estimularás a fraternidade humana se
Alimentares o ódio de classes
Não fortalecerás a dignidade e o ânimo se
subtraíres ao homem a iniciativa e a
liberdade
Não poderás ajudar os homens de
maneira permanente se
Fizeres por eles aquilo que eles podem e
devem fazer por si próprios”.*

Abraham Lincoln

“Seja a mudança que você quer ver no mundo”

Mahatma Gandhi (1869-1948)

“E, juntos, a façamos melhor...”

Trainees GIFE (1998-1999)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença em minha vida, fazendo acreditar em uma nova possibilidade.

A minha família, meu esposo, meus filhos que sempre estiveram ao meu lado e mesmo nas horas de desânimo nunca pouparam esforços em me apoiar.

Ao Governo do Estado, pela oportunidade que nos foi dada.

Aos professores que ministraram as disciplinas, pela oportunidade da construção de novos conhecimentos e a incorporação do saber e, em especial ao professor Blênio César Severo Peixe, pela brilhante atuação na coordenação do curso, assim como, em sua orientação e acompanhamento dos trabalhos.

Aos colegas de trabalho e estudos pela colaboração, fortalecendo os laços de amizade.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

ANDRADE, M.R.D. ESTUDO DA METODOLOGIA ADOTADA PELA PASTORAL DA CRIANÇA NAS AÇÕES VOLTAS À COMUNIDADE: UMA ABORDAGEM PARA A COMUNIDADE ESCOLAR DE CURITIBA. O presente trabalho consiste em um estudo que teve como interesse conhecer, analisar e avaliar a metodologia das ações voltadas às famílias e comunidades pela Pastoral da Criança, uma organização que vem desempenhando um papel de grande relevância na sociedade brasileira. Utilizou-se como referencial teórico os conceitos dos setores que compõem a organização da sociedade, especificamente, o Terceiro Setor no que se refere a sua organização, responsabilidade social e participação da sociedade civil. Realizou-se um breve resgate da história da Pastoral da Criança, suas características, metodologia adotada na sensibilização do trabalho voluntário, difusão do conhecimento e formação de redes sociais. A partir da avaliação da dinâmica do conjunto de ações práticas de interação entre a organização e a comunidade, da capacitação de seu voluntariado, dos projetos sociais com atividades de baixo custo e criatividade e consequentemente da mensuração do resultado social, vimos propor a aplicação do modelo semelhante da metodologia das ações sócio-educativas da Pastoral da Criança, para as comunidades escolares de Curitiba, visando assegurar a participação efetiva da família no acompanhamento do desempenho escolar de seus filhos. Constatou-se neste estudo que o acompanhamento das famílias e crianças em cada comunidade é um exemplo do que a sociedade organizada é capaz de fazer na busca de solução para os problemas sociais e também educacionais. Portanto, o principal êxito da Pastoral da Criança é a participação da comunidade.

Palavras-chave: Terceiro setor- Pastoral da criança- metodologia- comunidade escolar

e-mail: maredoan@gmail.com

SUMÁRIO

MENSAGEM	II
PENSAMENTO	III
AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	V
1. INTRODUÇÃO	01
2. METODOLOGIA	04
3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....	06
3.1 ASPECTOS HISTORICO DOS SETORES.....	06
3.1.1 Primeiro Setor.....	07
3.1.2 Segundo Setor.....	08
3.1.3 Terceiro Setor.....	09
3.1.4 Diferença entre os Setores	13
3.2 IMPORTANCIA DO TERCEIRO SETOR PARA A SOCIEDADE	15
3.2.1 Organização do Terceiro Setor	16
3.2.2 Responsabilidade Social do Terceiro Setor	19
3.2.3 Papel da sociedade nos Movimentos Sociais	21
3.3 GESTÃO DO CONHECIMENTO DENTRO DAS ORG.SOCIAIS	23
3.3.1. Estruturas das Organizações	24
3.3.2 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP'S.....	25
3.3.3 As pessoas dentro das Organizações	26
3.4 ASPECTOS HISTORICOS DA PASTORAL DA CRIANÇA	27
3.4.1 No mundo	28
3.4.2 No Brasil	28
3.4.3 Principais ações da Pastoral da Criança	31

3.5 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA PASTORAL DA CRIANÇA.....	35
3.5.1 Missão e visão	35
3.5.2 Pontos fortes e pontos fracos	36
3.5.3 Oportunidades e ameaças	36
3.5.4 Objetivos e metas	37
3.6 METODOLOGIA ADOTADA PELA PASTORAL	38
3.6.1 Sensibilização da comunidade para o voluntariado	41
3.6.2 Difusão do conhecimento e experiências acumuladas	44
3.6.3 Capacitação da comunidade voluntária	44
3.7 TRANSFERÊNCIA DOS CONHECIMENTOS METODOLÓGICOS DA PASTORAL DA CRIANÇA PARA OUTROS PAÍSES.....	48
3.7.1 Formação de redes sociais	49
3.7.2 Países que desenvolvem ações semelhantes	50
3.8 PARCERIAS SOCIAIS.....	50
3.8.1 Principais parcerias Nacional e Internacional.....	52
3.9 PRINCIPAIS RESULTADOS DA PASTORAL NOS ÚLTIMOS ANOS	55
4. PROPOSTA METODOLÓGICA DA PASTORAL APLICADA À COMUNIDADE ESCOLAR	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
7. ANEXOS	66
Anexo I – Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.....	67
Anexo II – Principais parcerias.....	68
Anexo III – Árvore da Pastoral da Criança – Ações.....	69

1. INTRODUÇÃO

A população brasileira vive em condições de pobreza e miserabilidade, onde as mulheres e as crianças são as primeiras vítimas da desagregação familiar, na maioria das vezes causada pelo desemprego, por falta de moradia e de segurança alimentar.

No dia-a-dia de milhares de famílias brasileiras, os pais enfrentam enormes dificuldades para criar e educar seus filhos, sobretudo por problemas econômicos. Para as crianças de famílias de baixa renda, essa dificuldade é ainda maior.

O Estado tem papel fundamental na transformação dessa realidade, pois compete a ele entre outros aspectos, mobilizar a sociedade e oferecer espaço para a participação popular na definição e até execução de políticas públicas voltadas às famílias. A parceria entre o Estado e a família, nos últimos anos, tem sido muito assistencialista e não uma parceria de política pública.

E, para que possa ter uma política sólida em relação às famílias e seja resguardado o direito ao desenvolvimento pessoal, educacional, são necessárias ações articuladas.

E neste contexto, dentre as diversas organizações não governamentais a Pastoral da Criança é apontada como uma das mais importantes organizações em todo mundo a trabalhar nas áreas da saúde, educação e de prevenção da violência no ambiente familiar, envolvendo necessariamente as famílias e comunidades.

É uma organização comunitária, de atuação nacional, que tem seu trabalho baseado na solidariedade humana e na partilha do saber, e tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças em seu contexto familiar e comunitário, a

partir de ações de caráter preventivo que fortaleçam o tecido social e a integração entre a família e a comunidade.

A Pastoral da Criança não substitui nenhum governo, seja prefeitura, governo estadual ou federal. Ela organiza a comunidade para defender seus direitos, para isso trabalha em parceria com todos aqueles que estão do lado da vida, que querem trabalhar pela melhoria da qualidade de vida da população.

A metodologia da Pastoral da Criança também é referência de modelo para experiências semelhantes em 16 outros países, o que demonstra que é possível viabilizar ações concretas com parcerias governamental, sociedade, organismos nacionais e internacionais.

Sendo assim, como adequar a metodologia das ações da Pastoral da Criança junto às famílias, na aproximação entre a escola e comunidade?

Por sua inestimável contribuição na luta contra as mazelas sociais, como a mortalidade infantil, a desnutrição, atuando na educação e cidadania e melhoria de vida das famílias e por demonstrar na prática como se deve e se pode contribuir para resolver alguns problemas que atormentam os brasileiros. Hoje a Pastoral da Criança ocupa uma posição de destaque na vida nacional.

Devido a sua atuação intensa e a sua criatividade no cumprimento de seus objetivos, esse estudo aborda uma proposta de organização da Pastoral da Criança, onde se observou uma superação de uma prática assistencialista por uma ação sócio-educativa, com efetiva participação da família.

E, tendo em vista a dinâmica do conjunto de ações voltadas para a sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, na melhoria de qualidade de vida das famílias e os melhores indicadores na área de saúde desenvolvida pela

Pastoral da Criança, este estudo é de suma importância, pois as considerações aqui levantadas contribuirão para o desenvolvimento de ações sócio-educativas, cujos mecanismos devem aproximar a comunidade junto à escola, estimulando a presença dos pais no acompanhamento dos filhos, fortalecendo assim, as relações no interior da instituição escolar. É também relevante para realçar a necessidade de intercâmbio de informações práticas, como instrumento de melhoria de qualidade de vida da população brasileira, para fortalecer a solidariedade e participação efetiva de todos os envolvidos nesse processo.

Um ponto principal a considerar é que os programas da Pastoral da Criança visam uma transformação na família, pois possuem princípios e metodologias participativas e cooperativas, além do baixo custo para implantação e o fortalecimento sócio-educativo da comunidade.

O estudo da metodologia das ações da Pastoral da Criança tem como objetivo, propor um modelo semelhante de ações sócio-educativas para aproximar a comunidade à escola, fortalecendo assim suas relações. Além disso, descrever, avaliar a dinâmica do conjunto dessas ações, consultando os sistemas de informações através dos órgãos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e Adolescência (REBIDIA), e conseqüentemente analisar os resultados dos programas e experiências nacionais que foram referências internacionais.

2. METODOLOGIA

Conforme GONÇALVES (2003, p.73), “ a questão metodológica é ampla e indica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social. O registro metodológico evidencia a postura epistemológica do pesquisador ao demonstrar como está concebendo seu objeto de pesquisa.”

Para VERGARA (1997, p.21), “na concepção de especialistas em metodologia a pesquisa exploratória é recomendada em casos em que existe pouco conhecimento acumulado sobre o objeto de estudo”

Para execução desse estudo a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória que procurou explicar e discutir o tema através da técnica da pesquisa bibliográfica, cuja obtenção das informações tiveram origens nas mais diversas fontes especializadas como livros técnicos, legislação, internet, publicações, entre outros, para que fosse possível reconhecer o aspecto teórico dos autores que abordam a questão.

Com a exploração das fontes bibliográficas, análise documental, complementada pela visita realizada ao escritório da Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, em Curitiba, permitiu-se uma análise e reflexão sobre a Organização Pastoral da Criança e de seus resultados alcançados.

QUESTÕES NORTEADORAS

Este estudo visa questionar como ocorrem:

- as ações, a metodologia e a avaliação dos resultados da Pastoral da

Criança junto à comunidade?

- . a comunicação e interação entre os sujeitos envolvidos, comunidade e a Pastoral?
- . o principal fator do êxito da Pastoral da Criança?

3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Antes de abordar especificamente sobre o objeto de estudo, faz-se necessário definir a constituição dos setores que compõem o processo econômico, tendo em vista as suas relações e interações. Assim, a organização de uma sociedade constituída comporta três setores:

- O Primeiro Setor, confere o poder ao Governo.
- O Segundo Setor, formado pelas empresas privadas com fins lucrativos.
- O Terceiro Setor, formado pelas organizações sem fins lucrativos.

Segundo FERNANDES (1994, p.23), a delimitação do Terceiro Setor permite compreender que os três setores interagem e que Mercado e Estado não são regidos somente por uma lógica intrínseca. Nesse contexto, o comportamento do Terceiro Setor de um país muito provavelmente influenciará as esferas política e econômica.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DOS SETORES

Nas décadas de 70 e 80 o fortalecimento da sociedade civil – embrião do Terceiro Setor – se fez em oposição ao Estado autoritário. E com a redemocratização brasileira, o fim da ditadura militar e as eleições diretas para todos os diversos níveis de governo, as organizações de cidadãos assumem um relacionamento mais complexo com o Estado, logo, reivindicação e conflito passam a coexistir. A partir dos anos 90 surge a palavra parceria enquanto expressão de um novo padrão de relacionamento entre os três setores da sociedade.

Segundo IANNI (2001, p.32), "o momento histórico em que essa divisão entre os setores começa a se idealizar ocorre quando surge o Estado Moderno. O problema da relação entre o Estado e a sociedade torna-se central para a sociologia e a ciência política".

O Estado começa a reconhecer que as ONG's acumularam um capital de recursos, experiências e conhecimentos sobre formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais que as qualificam como interlocutores e parceiros das políticas governamentais.

O Mercado, distante das questões de interesse público, começa a perceber a noção da responsabilidade social e passa ver nas organizações sem fins lucrativos canais para concretizar o investimento do setor privado empresarial nas áreas, social, ambiental e cultural.

A afirmação deste novo perfil participante e responsável da sociedade brasileira se traduz na busca de novas formas de articulação entre organizações do Terceiro Setor, órgãos governamentais e empresas.

3.1.1 Primeiro Setor

O Primeiro Setor, formado pelas organizações governamentais (órgãos de administração direta e indireta, empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquias e fundações estatais afins).

É representado pelo governo, cumprindo este uma função administrativa dos bens públicos, correspondendo assim as ações do Estado com fins públicos, no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

O Primeiro Setor ou Estado vem nos últimos anos transferindo a responsabilidade de prover serviços públicos para as empresas e organizações do Terceiro Setor, passando a ter responsabilidade de regular tais serviços.

São de suma importância as organizações civis que servem de interface entre Estado e sociedade, ajudando na organização comunitária e na execução de projetos sociais.

3.1.2 Segundo Setor

O Segundo Setor corresponde à livre iniciativa, que opera o mercado, define a agenda econômica, usando o lucro como instrumento. Mesmo funcionando com uma lógica diferente, no qual visa o lucro, já a partir da década de 90, dirige recursos para programas e projetos sociais, especialmente através de suas fundações e institutos.

O Segundo Setor ou Mercado percebeu a importância da gestão ambiental em seus processos e da responsabilidade social, com isso criaram fundações que lhes representam na sociedade ou apóiam financeiramente e institucionalmente os projetos de organizações sem fins lucrativos.

Apesar de todas as dificuldades que enfrenta no seu dia-a-dia, o empresariado nacional percebeu a sua função de protagonista no contexto das mudanças sociais.

O Estado não tem condições de oferecer respostas tão ágeis e rápidas aos problemas da população como as empresas, que em tempos de alta competitividade, estão acostumadas a atuarem com mais eficiência no seu dia-a-dia.

Assim, o setor privado tomou consciência de que precisa ter uma participação maciça no ambiente social e comunitário porque é parte integrante dele, e, portanto depende de seu correto funcionamento. Os resultados obtidos por diversas empresas no âmbito social indicam que o empresariado é também parte modificadora desse ambiente.

As empresas estão assumindo a sua responsabilidade social e promovendo uma verdadeira revolução cívica. Segundo pesquisa do Instituto ADVB de Responsabilidade Social, com 2.830 empresas que já se preocupam com sua atuação social, são investidos cerca de R\$ 98 mil por empresa em média por ano em projetos que beneficiam aproximadamente 37 milhões de pessoas. Além disso, 67% dos funcionários dessas empresas atuam de forma voluntária em projetos sociais.

3.1.3 Terceiro Setor

Terceiro setor é um termo cunhado nos EUA, em 1978, por John Rockefeller III para designar o espaço onde atuam as organizações da sociedade civil, como igrejas, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e organizações de assistência social de diversos tipos (MONTANO, 2002).

Observa-se que há muitas formas de se definir o Terceiro Setor, depende do enfoque a que se propõe. O próprio conceito de Terceiro Setor começa a se ampliar para além do círculo das ONGs, valorizando outros atores e serviços como a filantropia empresarial, as associações beneficentes e recreativas, as iniciativas das igrejas e o trabalho voluntário.

“Quanto à questão conceitual do terceiro setor, não há consenso por parte daqueles que pesquisam o assunto, havendo assim diversas definições” (DELGADO, 2004, p.1).

Para FISCHER (1998), as organizações pertencentes ao terceiro setor desenvolvem atividades que estão situadas entre os deveres do Estado, com a promoção da saúde pública, educação e assistência social, e os agentes sociais e econômicos que geram emprego e renda e auxiliam na formação e no desenvolvimento profissional. O termo caracteriza as organizações que não pertencem nem à área privada (segundo setor) nem a área estatal (primeiro setor).

Dentro do escopo do Terceiro Setor, participam associações, fundações, cooperativas, instituições e empresas sem fins lucrativos, organizações não-governamentais (ONGs), entidades de assistência social, educação, saúde, esporte, meio ambiente, cultura, entre outras organizações que mantenham o objetivo de combater a pobreza, a violência, o analfabetismo, o racismo, a destruição ambiental, e desde que não configure o lucro de capital.

A expressão “terceiro setor” surgiu, da idéia de que a atividade humana é dividida em três setores: Estado (Primeiro), Mercado (Segundo) e Ações Não-Governamentais e Não-Lucrativas (Terceiro). O que se compreende como Terceiro Setor está relacionado ao trabalho comunitário, à prática da solidariedade, à cultura da filantropia.

Segundo FERNANDES (2002, p.21), um estudioso do tema, o conceito denota de “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. “Bens e

serviços públicos”, nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas”.

Para ROTHGIESSER (2002, p.2), Terceiro Setor seriam iniciativas “... privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário, em ações que visão ao interesse comum”.

O conceito mais aceito atualmente, segundo GONÇALVES (1999, p.2), “é o de que se trata de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum.”

Em BENÍCIO (2000, p.36), “nas organizações do terceiro setor, o ser humano é o empreendimento e é também o processo; sem ele, de nada adiantam os outros recursos, pois os projetos sociais só existem porque existem pessoas dispostas a executá-los”.

As organizações do Terceiro Setor são classificadas como sem fins lucrativos, mantidas pela participação voluntária, voltadas para o atendimento das necessidades sociais e complemento à ação do Estado. Suas atividades não são pautadas no lucro, mas por laços de solidariedade que permeiam o comportamento dos indivíduos em sociedade (FERNANDES, 2002, p.65).

Outras definições vão surgindo a respeito das organizações do terceiro setor,

Consideramos como organizações do terceiro setor aqueles agentes não econômicos e não estatais que procuram atuar, coletiva e formalmente, para o bem-estar de uma comunidade ou sociedade local, sub-regional ou regional, nacional ou internacional. Ação coletiva - formal que pressupõe a democratização de sua maneira de agir visando a emancipação da pessoa humana enquanto sujeito social, sob o exercício da cidadania. (TENÓRIO, 2004, p.46)

Com o surgimento de certas organizações no interior da sociedade civil, caracterizadas pela promoção de ações de natureza privada com fins públicos,

diferentes denominações passaram a ser dadas às mesmas; como, organizações voluntárias, organizações não-governamentais (ONGs) organizações sem fins lucrativos, setor independente, terceiro setor.

Segundo SIMONE COELHO (2000, p.87) "essa multiplicidade de denominações apenas demonstra a falta de precisão conceitual, o que por sua vez, revela a dificuldade de enquadrar toda a diversidade de organizações com parâmetros comuns".

Uma tentativa de definição para o conjunto do Terceiro Setor é apresentada por Salamon e Anheier (1997, p. 72), sendo a mais amplamente utilizada e aceita, e denominada estrutural/operacional. Segundo essa definição, as organizações que fazem parte deste setor apresentam as cinco seguintes características:

- Estruturadas: possuem certo nível de formalização de regras e procedimentos, ou algum grau de organização permanente. São, portanto, excluídas as organizações sociais que não apresentem uma estrutura interna formal.
- Privadas: estas organizações não têm nenhuma relação institucional com governos, embora possam dele receber recursos.
- Não distribuidoras de lucros: nenhum lucro gerado pode ser distribuído entre seus proprietários ou dirigentes. Portanto, o que distingue essas organizações não é o fato de não possuírem "fins lucrativos", e sim, o destino que é dado a estes, quando existem. Eles devem ser dirigidos à realização da missão da instituição.
- Autônomas: possuem os meios para controlar sua própria gestão, não sendo controladas por entidades externas.

- Voluntárias: envolvem um grau significativo de participação voluntária (trabalho não-remunerado). A participação de voluntários pode variar entre organizações e de acordo com a natureza da atividade por ela desenvolvida.

Além disso, a definição do papel desse Setor permite compreender as transformações às quais estão sujeitas as sociedades globais: "Entender o que são de onde vem o que querem como cresceram e se multiplicaram, como atuam as organizações de cidadãos implica retomar os fios de uma história que combina valores e práticas ancestrais com fenômenos contemporâneos e, em boa medida, anunciadores de profundas mudanças no perfil das sociedades e da ordem internacional". (OLIVEIRA, 2001, p.86).

Hoje se fala menos de ONG's e mais de organizações da sociedade civil ou organizações do Terceiro Setor; são um fenômeno mundial onde a sociedade civil se organiza espontaneamente para execução de certo tipo de atividade de caráter de interesse público.

Em (OLIVEIRA, 2001, p.88) "o conceito de sociedade civil remete" a tradição da filosofia política européia, reatualizada no conteúdo histórico recente da resistência a regimes autoritários, sobretudo na América Latina e Europa do Leste. O conceito, por sua vez, remete a práticas enraizadas no contexto norte-americano.

3.1.4 Diferença Entre os Setores

O Terceiro Setor diferencia dos demais setores pela sua lógica e características de funcionamento. A base de seu trabalho é o voluntariado, com

envolvimento das causas da organização. O voluntariado é uma grande força de suporte às ações do Terceiro Setor.

No Setor Privado prevalece a lógica e a racionalidade do capital que tem como objetivo o lucro e a acumulação. O Estado por sua vez desenvolve atividades essencialmente de caráter público, buscando atender às necessidades da coletividade visando o desenvolvimento e o bem-estar da população.

Para HUDSON (1999, p.67), "Estado e mercado são duas instituições criadas pela sociedade, a primeira para regular ou coordenar toda a vida social, inclusive estabelecendo as normas do mercado; a segunda para coordenar a produção de bens e serviços realizada por indivíduos e empresas."

As entidades do Terceiro Setor podem ter finalidade pública, mas também poderão atender a interesses privados de grupos sociais, como a atuação em associações, sindicatos, entidades religiosas e outros.

Logo, genericamente, o Terceiro Setor é visto como derivado de uma conjugação entre as finalidades do Primeiro Setor e a metodologia do Segundo Setor, ou seja, comporta por organizações que visam a benefícios coletivos – embora não sejam integrantes do governo – e de natureza privada – embora não objetivem auferir lucros.

O que caracteriza cada setor em face dos recursos financeiros é:

Primeiro Setor, dinheiro público pra fins públicos;

Segundo Setor, dinheiro privado para fins privados;

Terceiro Setor, dinheiro privado para fins públicos; porém não a impedimento para que o poder público destine verbas para o Terceiro Setor, pois também é de sua responsabilidade promover a solidariedade social.

Segundo (HUDSON, 1999, p.15), o terceiro setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais em vez de econômicos. O termo “terceiro setor” diferencia essas organizações do setor privado e do setor público. Ao contrário de organizações do setor privado, não distribuem lucros a seus proprietários e diferente das organizações do setor público, não estão sujeitas a controle político direto.

HUDSON (1999, p.9) define bem as fronteiras, traçando-as entre o Terceiro Setor e os Setores Públicos e Privados, conforme diagrama reproduzido abaixo.



Figura nº1 – Fronteiras entre o terceiro setor, setor privado e setor público (Hudson, 1999:9)

3.2 IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO SETOR PARA A SOCIEDADE

Ruth Cardoso ressalta a importância do Terceiro Setor como meio de uma revolução nos papéis sociais tradicionais, afirmando que seu conceito “descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social. Sua afirmação tem o grande mérito de romper a dicotomia entre público e privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial.

Estamos vendo o surgimento de uma esfera pública não-estatal e de iniciativas privadas com sentido público. Isso enriquece e complexifica a dinâmica social” (CARDOSO, 1997, p.62).

Para FALCÃO (1999, p.56) “o Terceiro Setor tem importância na diminuição das injustiças sociais e na produção de uma sociedade mais justa e democrática.”

A importância do Terceiro Setor, além de ter como objetivo principal a responsabilidade social, busca complementar as ações sociais do governo e empresas. Representa a possibilidade de mudanças para os indivíduos e para toda a sociedade, já que o foco principal é o desenvolvimento do ser humano. Tem um conjunto de valores que privilegia a iniciativa individual, a auto-expressão, a solidariedade e ajuda mútua.

Em DRUCKER (2003, p.84) “(...) pode ser que o espírito empreendedor social seja aquilo de que mais necessitamos – em serviços de saúde, educação, nos governos municipais(...)”.

No entanto, as organizações sociais enfrentam um grande desafio, que é a busca de sua sustentabilidade a médio e longo prazo, frente à dificuldade de obtenção de recursos.

3.2.1 Organização do Terceiro Setor

Desde a década de 1980, vem se fortalecendo, no Brasil, o Terceiro Setor. Responsável por agregar as atividades e ações da área social, vindas, principalmente da área filantrópica; para tanto, vários fatores contribuíram para o seu crescimento: a inoperância da máquina estatal em promover condições mínimas de

sustentabilidade social; o processo de globalização e o fim do regime militar no Brasil, em 1985, período em que foi possível emergirem os movimentos sociais.

Segundo informações do sítio eletrônico ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, a maioria das ONG's brasileiras, 48% está direcionada à educação, outras 40% ligadas a movimentos sociais. A maioria das ONG's trabalha com voluntariado, cerca de 63% conta com grupos de voluntários.

Um estudo sobre o universo associativo brasileiro, do qual as ONG's fazem parte, foi lançado em 2004, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), revela que em 2002 havia 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos no país, empregando 1,5 milhão de pessoas. Contudo os dados da pesquisa apontam uma imensa pluralidade e heterogeneidade dessas organizações sem fins lucrativos: igrejas, hospitais, escolas, universidades, associações profissionais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, defesa de direitos, entre outros.

As considerações acima evidenciam o grau de importância de tais entidades representativas do Terceiro Setor, na medida em que estão, cada vez mais, tomando um espaço relevante no espectro social, tanto a partir de um crescimento quantitativamente acelerado, como também em termos de intervenção da atividade econômica, movimentando cifras consideráveis.

As principais causas que têm levado o Terceiro Setor a tal crescimento são, principalmente, as seguintes: (a) crescimento das necessidades sócio-econômicas; (b) crise no setor público; (c) fracasso das políticas sociais tradicionais; (d)

crescimento dos serviços voluntários; (e) degradação ambiental, que ameaça a saúde humana; (f) crescente onda de violência que ameaça a segurança das populações; (g) incremento das organizações religiosas; (h) maior adesão das classes alta e média a iniciativas sociais; (i) maior apoio da mídia; (j) maior participação das empresas que buscam a cidadania empresarial.(MELO NETO & FROES, 1999, p.9)

Em estudo realizado pelo IBGE em 2004 apontou para 44% a concentração de ONG's na Região Sudeste, sendo que 21% estão em São Paulo. A tabela a seguir traz o perfil do Terceiro Setor no que se refere às áreas de atuação.

TABELA 1 – PERFIL DO TERCEIRO SETOR

Área de atuação	Número de pessoas	%
Educação e pesquisa	381.098	34
Saúde	184.040	16,4
Cultura	175.540	15,7
Assistência social	169.663	15,2
Associações profissionais	99.203	8,9
Religião	93.769	8,4
Defesa dos direitos	13.721	1,2
Meio ambiente	2.499	0,2

Fonte: John Hopkins University – site <http://www.ambientebrasil.com.br>(03/10/2006)

Esse setor tem como premissa básica, a equidade e a justiça social com as instituições democráticas. A Campanha "Ação Contra a Fome, a Miséria e pela Vida", foi um marco pela sua abrangência e poder de mobilização, dirigida pelo

sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, citado por BAVA (2000, p.55), que coloca nos seguintes termos: Vamos sonhar pensar e praticar a democracia, cada um fazendo a sua parte, tomando iniciativa, pondo a sua própria capacidade a serviço de todos e, com isso, exercendo o direito e o dever de cidadania.

Para uma organização ser considerada do Terceiro Setor, ela deve ter uma clara atuação social e não ser estruturada em propósitos lucrativos, com foco direcionado ao trabalho comunitário, à prática da solidariedade e à cultura da filantropia.

E, de acordo com um estudo realizado pela Consultoria do Senado Federal, em 1999, "ONG seria um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania".

3.2.2 Responsabilidade Social do Terceiro Setor

Em virtude da atuação ineficiente do Estado, em especial na área social, o Terceiro Setor vem crescendo e se expandindo em várias áreas, objetivando atender a demanda por serviços sociais, requisitados por uma quantidade expressiva da população menos favorecida, em vários sentidos, de que o Estado e os agentes econômicos não têm interesses ou não são capazes de provê-la. Seu crescimento vem em virtude, também, de práticas cada vez mais efetivas de políticas neoliberais do capitalismo global, produzindo instabilidade econômica, política e social, principalmente nos países do terceiro mundo. (GONÇALVES, 2002, p.43)

O Terceiro setor tem no momento atual da sociedade, duas realidades que devem ser consideradas no seu desempenho:

1. A realidade de sanar as questões sociais não resolvidas pelo Estado do Bem Estar Social (Welfare State) e as demandas sociais que o segundo setor abdicou nas suas tradicionais limitações. Essa realidade envolve a filantropia empresarial, os financiamentos de agências nacionais e estrangeiras, as redes de empresas que investem na gestão de conhecimento e metodologias para reverter às carências (o subemprego, o desemprego e o mau desenvolvimento econômico da sociedade).
2. A realidade do comprometimento e da missão de privilegiar o ser humano e as relações exigem uma nova forma de gestão nas organizações sociais, ou seja: a gestão participativa, pois são organizações que não tem donos/acionistas e não visa ao lucro.

Este setor reavivou espaços na sociedade e começa a mostrar a sua importância na relação que visa a integração com o primeiro e segundo setores (são as ações sociais integradas às ações públicas e às ações privadas), no diálogo de políticas sociais necessárias, no treinamento eficaz de gestores sociais e na multiplicação de facilitadores de equipes.

O fortalecimento do Terceiro Setor implica, por sua vez, na construção de respostas a quatro grandes desafios que estão hoje colocados à expansão e qualificação de suas atividades:

- produzir e disseminar informações sobre o que é e o que faz o Terceiro Setor.
- melhorar a qualidade e eficiência da gestão das organizações e programas sociais.
- aumentar a base de recursos e a sustentabilidade das organizações da sociedade civil de caráter público.

- criar condições para o aumento da participação voluntária dos cidadãos.

Para Ruth Cardoso, "a expansão e o fortalecimento do Terceiro Setor é uma responsabilidade, em primeiro lugar, da própria sociedade, que deve instituir mecanismos de transparência e responsabilização capazes de propiciar a construção de sua auto-regulação, independentemente do Estado. A existência de accountability (responsabilidade em última instância) contribuirá para o aumento da credibilidade e da confiabilidade das instituições do Terceiro Setor" (CARDOSO, 2004, p.27).

Dado que, tanto o Estado quanto o mercado não conseguem responder aos desafios do desenvolvimento com equidade, OLIVEIRA (2002) citado por FERNANDES (2002, p.12), coloca que: "A participação dos cidadãos é essencial para consolidar a democracia e uma sociedade civil dinâmica é o melhor instrumento de que dispomos para reverter o quadro de pobreza, violência e exclusão social que ameaça os fundamentos de nossa vida em comum".

Portanto, responsabilidade social não é tão somente ajuda, é também comportamento ético e a transparência ao tratar todas as questões que envolvem e que influenciam direta ou indiretamente a comunidade, a sociedade em geral.

3.2.3 Papel da Sociedade nos Movimentos

Em nenhum momento da nossa história a sociedade brasileira foi tão diversificada, informada e participante. Esta participação ativa representa uma oportunidade para o enfrentamento dos grandes desafios nacionais, como o

combate à pobreza e a incorporação dos excluídos aos direitos básicos de cidadania.

Em OLIVEIRA (2000, p.9) "No Brasil contemporâneo, o exercício da cidadania não se limita ao voto, mas se prolonga numa participação múltipla e quotidiana dos cidadãos na administração de sua cidade, na melhoria de vida no seu bairro, na escola, no hospital, biblioteca, enfim onde houver um trabalho em prol do bem comum, seja ele de iniciativa do Governo ou de uma organização da sociedade civil".

O papel das organizações sociais vem se desenvolvendo, tanto no aspecto relacionado à sua atuação na sociedade como também pela necessidade de se desenvolver nas questões de sua gestão.

a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando – os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. (HABERMAS, 1997) citado por TENÓRIO (2002, p.149)

Nas últimas décadas, homens e mulheres das mais variadas classes sociais, culturais e raízes étnicas organizaram-se das mais diversas maneiras para, juntos, promover causas como a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente, ou, de modo ainda mais simples e direto, para oferecer ajuda aos mais frágeis e vulneráveis onde quer que eles se encontrem, na rua próxima, na cidade em que se vive ou em países distantes e desconhecidos. A emergência e protagonismo interno e externo de atores não estatais, é um fenômeno que complexifica não só o relacionamento entre Governo e sociedade no interior de cada país como também a própria dinâmica das relações internacionais.

Para FERNANDES (2002, p.33) o "trabalho comunitário" é uma expressão das mais correntes entre aqueles que circulam pelo terceiro setor. Denota a

concretude de uma atividade localizada, de dimensões razoavelmente pequenas, em que o relacionamento é personalizado.

Oliveira citado por FERNANDES (2002, p.2), coloca que: “A participação do cidadão é essencial para consolidar a democracia e uma sociedade civil dinâmica é o melhor instrumento de que dispomos para reverter o quadro da pobreza, violência e exclusão social que ameaça os fundamentos de nossa vida em comum!”.

O que se pode reconhecer é que há um novo perfil solidário, participante e responsável da sociedade, logo é preciso estabelecer parceria entre Estado e sociedade ampliando e generalizando como um componente essencial das políticas e programas sociais.

3.3 GESTÃO DO CONHECIMENTO DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

As organizações do Terceiro Setor são um meio propício para o desenvolvimento de modelos de gestão do conhecimento devido a características que as diferenciam das organizações empresariais, como a cultura de colaboração e participação solidária; por não visarem a competitividade de mercado, mas a competição por recursos; por não visarem a obtenção de lucro, mas os resultados da ação social.

Há que se concordar que o objetivo da gestão do conhecimento é conduzir as organizações a grandes resultados, os quais advêm do bom desempenho das pessoas que nelas trabalham. Uma gestão de conhecimento centrada nas pessoas oferece a possibilidade de criar modelos de referência para lidar de forma eficaz e com grande sucesso.

Hoje o grande desafio do trabalho está na construção do conhecimento, em como encontrar os mecanismos para construir as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida das pessoas e ao incremento da sua condição individual, para que, a partir do aumento de sua auto-estima, as possam gerar e compartilhar novas soluções para o convívio social.

Ao mesmo tempo, a gestão das organizações relaciona-se a criar, desenvolver e disseminar conhecimento a partir e entre os componentes do sistema, sendo esta a principal função da administração e dos empreendedores.

3.3.1 Estrutura das Organizações

As organizações sociais são representadas por pessoas jurídicas de direito privado e constituída sob a forma de associação, fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos, voltadas para as atividades de relevante valor social, que se habilitam mediante assinatura de um contrato de gestão, a absorver a atividade pública, administrando serviços, pertencentes ao Poder Público, e recebendo recursos orçamentários necessários ao seu funcionamento.

Elas têm como principal características o fato de serem voluntárias, autônomas e privadas, sendo constituídas por cidadãos que se reúnem livremente em torno de objetivos coletivos e comuns. Sendo assim o que se observou é que as instituições atendem simultaneamente a cinco critérios: privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias.

As organizações do Terceiro Setor são o meio primário do setor social – organização característica na qual recursos e atividades deliberadas se concentram

– assim como as empresas constituem o meio primário do setor econômico e dos órgãos governamentais que estão no centro do setor político. (DOBBS e NANUS,2000, p.45)

Logo, o Terceiro Setor não é nem público nem privado, é um organismo institucional que abriga entidades privadas com finalidade pública. Essa atuação é realizada através da produção de bens e prestação de serviços, com investimento privado na área social.

3.3.2 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's foram concebidas no Brasil como instrumento de viabilização e implementação de Políticas Públicas, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, instituída pela Lei 9.790/99, mais conhecida como a Lei do Terceiro Setor (Brasil, 1999). O berço das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) está no Programa Comunidade Solidária e visa política e ideologicamente, bem como através de suas práticas demonstrar como a construção da Lei Orgânica da Assistência Social (Brasil,1993).

O que caracteriza a qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público é ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos; atender aos objetivos sociais e às normas estatutárias previstas na Lei; apresentar cópias autenticadas dos documentos exigidos. As entidades têm que obedecer ao mesmo tempo aos critérios de finalidade – não ter fins lucrativos e desenvolver determinados tipos de atividades de interesse geral da sociedade (Brasil, 1999).

A lei apresenta algumas “inovações”, como o Termo de Parceria, sendo este um instrumento jurídico para a realização de parcerias unicamente entre o Poder Público e a OSCIP para o fomento e execução de projetos.

Sendo contraditório à definição de Terceiro Setor como organizações não-governamentais, esta “parceria” visa à obtenção de recursos públicos a fim de financiar as atividades desenvolvidas pelas OSCIP’S.

3.3.3 As Pessoas Dentro das Organizações

Um dos principais fatores de crescimento e desenvolvimento é a boa utilização dos talentos humanos na organização. Para um bom gerenciamento dos talentos humanos neste tipo de organização, inicialmente, é necessário um recrutamento e seleção de qualidade, buscando pessoas com valores que possam ser atrelados à organização, logo após, deve-se apresentar a cultura organizacional aos novos integrantes do grupo, e utilizar todas as ferramentas da organização para o treinamento e desenvolvimento dos selecionados. Um grande problema na manutenção das pessoas em organizações sem fins lucrativos, é o fato de serem voluntários, para isso o administrador deve motivá-los e criar situações onde cada membro possa aplicar seus conhecimentos na organização. Muitas empresas incentivam seus funcionários a atuarem voluntariamente em projetos sociais, esse fato deve ser aproveitado pelo administrador de terceiro setor como uma oportunidade para seus projetos.

Em BENÍCIO (2000, p.36) "nas organizações do Terceiro Setor, o ser humano é o empreendimento e é também o processo; sem ele, de nada adianta os outros recursos, pois os projetos sociais só existem porque existem pessoas dispostas a executá-los".

Neste sentido, fica claro a importância das pessoas nas organizações, e um exemplo desta nova compreensão está no trabalho desenvolvido pelos voluntários da Pastoral da Criança, que com suas práticas sociais têm contribuído para minimizar os problemas e dificuldades nas comunidades atendidas pela Pastoral.

É nessa perspectiva que se apresenta o objeto de estudo, isto é, a Pastoral da Criança, com sua história, características, ações, metodologia e resultados dos projetos sociais que desenvolve.

3.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA PASTORAL DA CRIANÇA

A pastoral da Criança é um organismo de ação social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que nasceu de uma idéia de levar a Igreja Católica a assumir seu papel na luta contra a mortalidade infantil e a pobreza, em 1982, num debate sobre a pobreza e a miséria, em Genebra, na Suíça. Durante uma conversa informal, James Grant, então secretário executivo da Unicef, sugeriu ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns que a Igreja poderia reverter a situação da mortalidade infantil no Brasil, ajudando a salvar milhares de vida de crianças que morriam de doenças facilmente preveníveis, como por exemplo, a desidratação causada pela diarreia. O soro oral era considerado na época um dos maiores avanços na medicina.

Em sua volta ao Brasil, Dom Paulo contatou sua irmã, Dra. Zélia, pedindo que lhe pensasse de que maneira se poderia concretizar essa idéia. No ano seguinte, a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil confiava a tarefa de criação e desenvolvimento da Pastoral da Criança a Dra. Zilda Arns Neumann e a Dom Geraldo Majella Agnelo. Em setembro de 1983, a Pastoral da Criança iniciava suas atividades no município de Florestópolis, norte do Paraná, com um projeto piloto. Neste pequeno município, onde 74% do trabalho era realizado por lavradores bóias-frias, morriam 127 crianças para cada mil nascidas vivas. Após um ano de atividades, desenvolvendo uma metodologia própria, fez este índice cair para 28 mortes para cada mil crianças nascidas vivas.

3.4.1 No Mundo

A Pastoral da Criança é um organismo nacional, não podendo realizar atividades em outros países. Por isso, sua ação se dá no sentido de transferência de tecnologia e de estímulo ao surgimento da Pastoral nesses países, a partir da experiência brasileira. Os organismos internacionais reconhecem na Pastoral não só um colaborador, mas um parceiro que pode ajudar muito a saúde pública chegar até as bases, que são as famílias, através da capilaridade da Igreja.

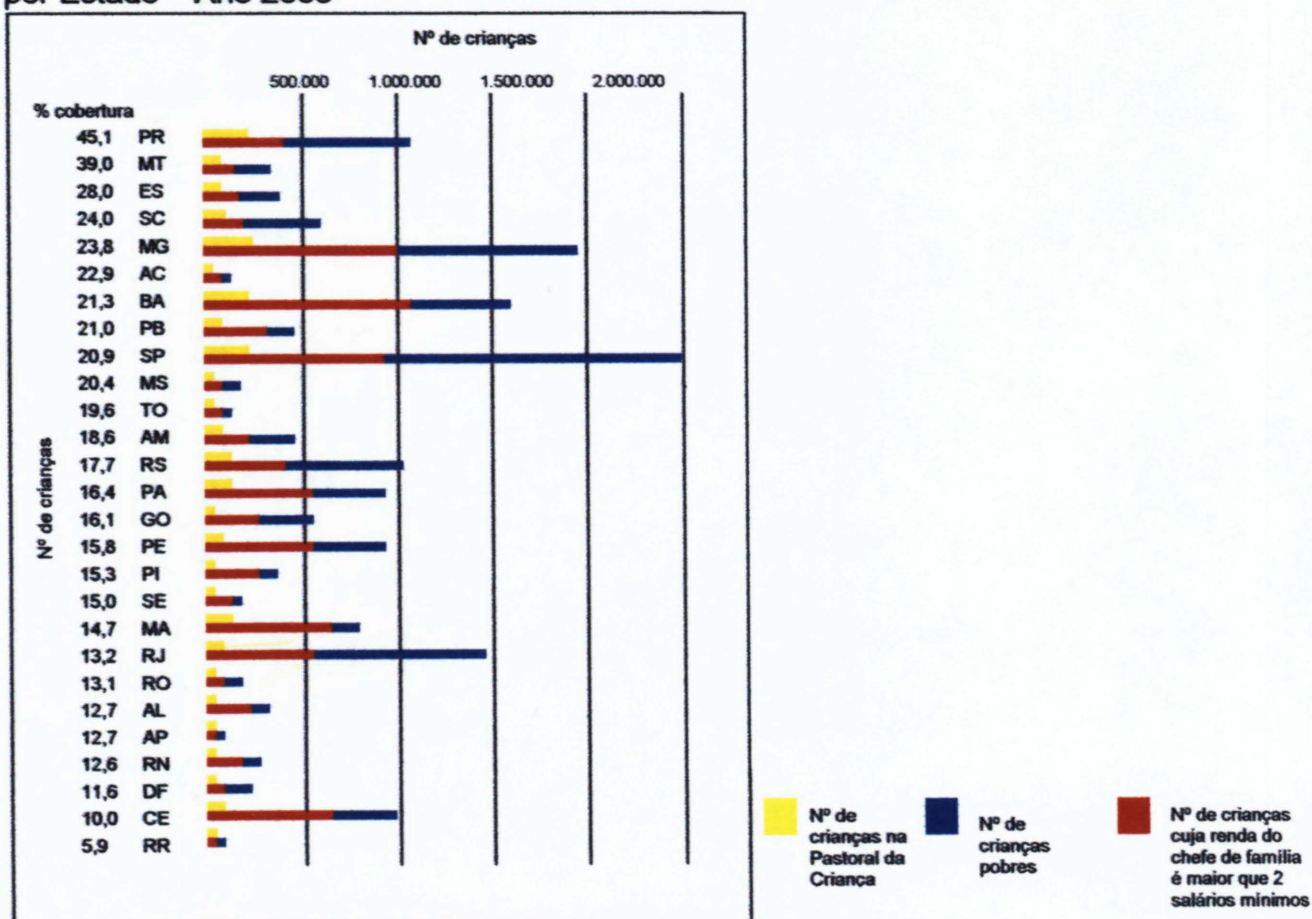
3.4.2 No Brasil

O Brasil é um país de grandes contradições, se por um lado, é extremamente rico: possui terras, riquezas minerais, matéria-prima, recursos humanos, por outro lado, não esconde sua face de miséria, fome, desemprego, violência.

O confronto entre dois mundos tão diferentes em só país revela a desigualdade e a injustiça social que atingem diariamente um terço das 186 milhões de pessoas que formam a população brasileira (IBGE/Estimativa).

Esta grave situação social afeta principalmente mulheres e crianças. No Brasil, há 19.767.600 crianças menores de 6 anos, das quais 9.607.443 são pobres, ou seja, 48,6%, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatísticos)2000. A abrangência da Pastoral da Criança por níveis Brasil (Regiões/Estados) de crianças pobres está indicada no gráfico abaixo, conforme relatório de metas e coberturas da Pastoral.

GRÁFICO 1 – COBERTURA DAS CRIANÇAS POBRES PELA PASTORAL por Estado – Ano 2006



Fonte: IBGE Indicadores sociais municípios 2000: Brasil Rio de Janeiro, 2002.

Sistema de Informação da Pastoral da Criança- Relatórios de Metas e Coberturas.

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2005, a cada ano, 123 crianças menores de cinco anos morrem no Brasil, a maior parte em comunidades pobres e por causas que poderiam ser facilmente prevenidas se as famílias tivessem recebido orientações de saúde, nutrição, educação e cidadania.

Para levar a Pastoral da Criança para outros cantos do Brasil, Zilda Arns encontrou muitos obstáculos e críticas, inclusive por parte da Igreja. Algumas pessoas achavam que pesar as crianças e ensinar às mães como fazer soro caseiro era papel do governo. "Estamos fazendo a multiplicação do conhecimento, promovendo a autonomia na prevenção das doenças, transformando líderes comunitários em agentes de transformação", relata Zilda Arns.

A Pastoral da Criança está presente, especialmente, nas periferias das grandes cidades e nos bolsões de pobreza dos pequenos e médios municípios brasileiros, tanto no meio urbano e rural quanto em áreas indígenas (Tabela 2).

TABELA 2 – SITUAÇÃO DE ABRANGÊNCIA DA PASTORAL DA CRIANÇA

Estado (100%)	27
Dioceses com Pastoral da Criança (100%)	263
Setores com Pastoral da Criança	304
Municípios com Pastoral da Criança	4.063
Paróquias com Pastoral da Criança (64%)	6.417
Ramos com Pastoral da Criança	6.911
Comunidades acompanhadas	42.020
Líderes comunitários atuantes	146.753
Total de voluntários atuantes na comunidade	266.954
Média mensal de famílias acompanhadas	1.457.473
Média mensal de gestantes acompanhadas	96.896
Emissoras de rádio com programa semanal	2.190
Nº alunos nos cursos de Educação Jovens e adultos	12.791
Fonte: Pastoraldacriança@org.br (setembro-2006)	

3.4.3 Principais ações da Pastoral da Criança

A família e a comunidade são a base de todo o trabalho da Pastoral da Criança, e em todas as comunidades atendidas, coloca-se em prática e ensinam às famílias um conjunto de ações de saúde, nutrição, educação, cidadania e espiritualidade de forma ecumênica, voltadas tanto para a sobrevivência e o desenvolvimento integral da criança até a melhoria da qualidade de vida das famílias e das comunidades.

As ações básicas são aquelas que não podem faltar, pois são o cerne do trabalho da Pastoral da Criança.

Ações Básicas – Guia do Líder

Quando a família é acompanhada pelo líder da Pastoral da Criança, seus membros sentem-se amparados e fortalecidos para buscar soluções para os problemas. O líder conhece bem a família e a situação em que ela vive, pois pertence a mesma comunidade. Destacam-se entre as ações:

- . Apoio integral às gestantes
- . Incentivo ao aleitamento materno
- . Vigilância nutricional
- . Alimentação enriquecida
- . Controle de doenças diarreicas
- . Controle de doenças respiratórias
- . Remédios caseiros
- . Estímulo à vacinação de rotina das crianças e das gestantes
- . Educação essencial

- . Prevenção de acidentes domésticos
- . Prevenção da violência contra a criança no ambiente familiar
- . Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis
- . Saúde bucal
- . Catequese do ventre materno aos seis anos de idade

Também desenvolve vários projetos importantes, considerados complementares às suas ações básicas e de reforço ao trabalho comunitário, dentre eles destacam-se:

- . Programa de Geração de renda – este projeto visa dar condições de sobrevivência e apoio à melhoria das condições de vida das famílias carentes. Os recursos são repassados pela Pastoral após um trabalho de capacitação para a atividade escolhida por essas famílias. São projetos dos mais variados, como confecções, padarias, horas, criação de animais, prestação de serviços, entre outros.
- . Alfabetização de jovens e adultos – desenvolve o programa destinado a líderes comunitários, familiares e membros da comunidade atendida. Os cursos de alfabetização contam com uma metodologia inspirada no uso de palavras-geradoras que estão inseridas no contexto das ações básicas de saúde, educação e nutrição.
- . Participação no controle social – lideranças comunitárias são capacitadas para a participação nas instâncias municipais de controle social dos serviços públicos, como os conselhos de saúde, educação, assistência social, direitos da criança e do adolescente. Para a manutenção dessa capacitação e a informação permanente dirigida a esses formuladores de políticas públicas nos estados e municípios, a Pastoral da Criança desenvolveu, em parceria com outras entidades, a REBIDIA – Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e Adolescência.

- . Saúde mental comunitária – é o trabalho de prevenção da violência e de combate ao estresse, destinado às famílias acompanhadas pela Pastoral da Criança. Fazem parte desta ação as terapias comunitárias e massagens feitas por pessoas capacitadas para esta finalidade.
- . Rodas de conversa – envolvem todas as lideranças da comunidade para a discussão e busca de soluções para problemas comuns.
- . Projeto Criança Viva – Programa apoiado com recursos do Criança Esperança/Rede Globo/Unicef que visa ao desenvolvimento de ações comunitárias integradas que ajudem na redução da mortalidade infantil e desnutrição e no desenvolvimento sustentável das comunidades organizadas.
- . Planejamento familiar natural – informação aos casais e jovens sobre os métodos de planejamento familiar, com ênfase nos métodos naturais.
- . Comunicação social – a produção de materiais educativos impressos e audiovisuais tem sido uma preocupação constante da Pastoral da Criança. Destacam-se, vídeos educativos, jornal bimestral, programa semanal de rádio intitulado “Vida a vida”, transmitido gratuitamente por mais de 1200 emissoras em todo o Brasil. São materiais que visam à difusão de informações e a capacitação continuada de lideranças, comunidades e famílias em todas as ações da Pastoral da Criança, além de tratar de temas da atualidade de interesse do público.
- . Rede de Comunicadores Solidários à Criança – Para ajudar no trabalho de comunicação e mobilização social, a Pastoral da Criança desenvolveu uma rede de comunicadores voluntários, que conta com mais de 500 pessoas, entre jornalistas, radialistas, relações públicas e artistas populares.

Porém, o grande foco da Pastoral da Criança é a recuperação nutricional de crianças com baixo peso ou com diarreia crônica, e a entidade desenvolveu o famoso “soro caseiro”, capaz de operar verdadeiros “milagres” na recuperação de crianças doentes, e fórmulas alternativas de alimentação para o aumento de peso de crianças carentes. “Folhas, caules, farinhas alternativas são fontes de receitas muito nutritivas, ensinadas às mães e a lideranças comunitárias”. Com receitas simples e acompanhamento constante, a Pastoral da Criança diminuiu em mais de 50% a mortalidade infantil em áreas de risco.

Os índices alcançados pela Pastoral da Criança no combate à desnutrição e à mortalidade infantil são bastante significativos, principalmente quando comparados com dados nacionais oficiais (Tabela 3).

TABELA 3 - QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS INDICADORES DA PASTORAL DA CRIANÇA E INDICADORES NACIONAIS

Indicador	Índice Nacional	Índice da Pastoral da Criança
Taxa de Mortalidade Infantil	25,8 por mil nascidos vivos	12,8 por mil nascidos vivos na Pastoral da Criança
Prevalência de desnutrição total	5,7%	4,7%

Fonte: IBGE – Censo 2000

Sistema de Informação da Pastoral da Criança – CNBB. FABS – Folhas de Acompanhamento das ações básicas de saúde, educação e nutrição na comunidade.

3.5 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA PASTORAL DA CRIANÇA

A Pastoral da Criança tem como estratégia principal multiplicar o saber e a solidariedade às famílias carentes, através de líderes comunitários capacitados, que moram nas próprias comunidades ou bolsões de pobreza; suas ações são marcadas pela simplicidade e praticidade.

É marcada por um discurso pedagógico na constante reiteração das práticas, estabelecendo uma relação contratual através do fazer, e ela se anuncia como um lugar de esperança, de integração entre local e global, de equilíbrio e de iniciativas.

Seu método de intervenção baseia-se em quatro procedimentos: ver (observar a situação), avaliar (definir as causas), agir (adotar ações com base nas causas) e comemorar (festejar os avanços), então se busca no interior das comunidades carentes, pessoas que desejem, voluntariamente, modificar o quadro de miséria e pobreza.

3.5.1 Missão e visão

A missão é a razão de existir de uma instituição e deve refletir a sua identidade. Ela deve estar claramente definida para que as pessoas possam compreender melhor o seu papel e identificar a sua contribuição para a instituição.

Segundo MENEGUETTI, (2003, p.34) "... explicitar a missão ajuda a instituição a dizer não. E isso facilita a vida, já que, na impossibilidade de resolver todos os problemas da sociedade, necessita-se fazer um recorte naquilo que é prioridade, norte, o que efetivamente se quer e pode realizar."

A missão da Pastoral da Criança é a própria missão de Jesus, que é também a missão da Igreja e de todos os cristãos: Evangelizar. Por isso, a Pastoral da Criança é ecumênica e não faz nenhum tipo de discriminação de cor, raça, credo religioso ou opção política. Seus líderes e as famílias acompanhadas pertencem a distintas Igrejas e denominações cristãs, todas com a mesma missão: Evangelizar.

A Pastoral procura estar a serviço da vida, da fé, da solidariedade e da paz; todavia, como toda organização tem seus pontos favoráveis e desfavoráveis.

3.5.2 Pontos fracos e pontos fortes

Um dos pontos fracos da Pastoral da Criança é que esta não tem a visibilidade, ou seja, há muita gente disposta a colaborar no País, mas não vêem o que faz a Pastoral. Além de ser considerada uma instituição assistencialista e está atuando na mesma área de responsabilidade do Primeiro Setor (Governo).

Nos pontos fortes encontra-se uma participação com 80% dos voluntários residentes da área de atuação; o endomarketing cujo objetivo é fortalecer as relações internas da Pastoral, para que todos os voluntários tenham uma visão compartilhada sobre as ações; também a simplicidade, a praticidade e o baixo custo inerentes à prática da Pastoral, e finalmente a mística Cristã que apresenta.

3.5.3 Oportunidades e ameaças

A ameaça é não ser de sectarismo religioso ou político; a "concorrência" de outras instituições na captação de recursos; e quanto as oportunidades, a expansão

do trabalho da Pastoral em outras áreas; a indicação da coordenadora Zilda Arns ao Prêmio Nobel da Paz; e o percentual (20%) de crianças assistidas.

3.5.4 Objetivos e metas

A Pastoral da criança é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de natureza filantrópica, com duração ilimitada. Ela tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo em função delas, também suas famílias e comunidades, sem nenhuma distinção, através dos seus programas, sobretudo àquelas que vivem nos bolsões de miséria.

Os objetivos que caracterizam as ações da Pastoral da Criança são:

- Diminuir as doenças e as mortes preveníveis entre crianças e mulheres;
- Acompanhar as famílias para que estejam preparadas para assumir com responsabilidade a missão de cuidar da saúde, da nutrição, da educação;
- Democratizar o conhecimento e a prática das ações básicas de saúde, nutrição, e educação, essenciais ao desenvolvimento da vida.
- Resgatar os valores culturais entre as famílias, da co-responsabilidade social, da cidadania, da ecologia e da paz;
- Propiciar a organização comunitária para a vivência cotidiana da fé integrada à vida e da celebração da Palavra de Deus;
- Criar condições para que a mulher se torne agente de sua própria promoção, de sua família, e da comunidade.
- Despertar e capacitar lideranças comunitárias para que se integrem à ação missionária da Pastoral da Criança. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2006).

Para a Pastoral ainda há muito para ser feito, pois, a Declaração do Milênio aprovada pelas Nações Unidas em setembro de 2000, estabelece 8 metas a serem atingidas até 2015, entre elas: erradicar a extrema pobreza a fome, promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV / AIDS, a malária e outras doenças. Essas metas só serão conquistadas com a soma de esforços entre religiões, organizações, governos, empresas, meios de comunicação e sociedade em geral. (JORNAL DA PASTORAL DA CRIANÇA, 2007, p.2).

3.6 METODOLOGIA ADOTADA PELA PASTORAL DA CRIANÇA

A metodologia da Pastoral da Criança sustenta-se na idéia de que a solução dos problemas sociais necessita da sociedade organizada e animada em rede, com objetivos definidos, e que o principal agente de transformação são as comunidades pobres e miseráveis. Na Pastoral da Criança, mais de 90% dos voluntários são mulheres demonstrando a sua importância de seu envolvimento na mudança social. Ao transformar suas próprias famílias e comunidades, verdadeira revolução, resgatando valores e práticas de valorização da vida.

Ela utiliza uma metodologia que socializa conhecimentos, saúde, nutrição, educação e cidadania e amplia os laços de solidariedade, fortalecendo a rede de voluntários que promove o autodesenvolvimento das famílias carentes.

Na interação entre a organização e as famílias assistidas, busca realçar a necessidade de intercâmbio de informações e práticas que fortaleçam a

solidariedade e a participação de todos os envolvidos no processo. Para isso, possui três momentos:

1- Visitas domiciliares mensais, realizadas pelos líderes a cada família acompanhada – a cada mês, mais de um milhão de visitas são realizadas pelos líderes comunitários.

2- Dia do Peso, quando cada comunidade se reúne para pesar todas as suas crianças. Esse dia se transforma no momento de celebração da vida; são mais de 32 mil comunidades que se reúnem a cada mês, para pesar suas crianças e aprender mais sobre os cuidados com elas.

3- Reuniões mensais entre os líderes de uma mesma comunidade, para refletir e avaliar o trabalho realizado no mês anterior e para reforçar a soma de esforços para superar dificuldades.

A reunião para Avaliação e Reflexão é um dos momentos mais importantes do trabalho dessa imensa rede de solidariedade humana. É quando os líderes e o coordenador comunitário da Pastoral da Criança preenchem as FABS – Folhas de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade, depois que as visitas domiciliares e a pesagem das crianças da comunidade já foram concluídas. Esse "retrato mensal" da comunidade é encaminhado para a Coordenação Nacional, em Curitiba, que registra os dados no Sistema de Informação.

Durante a reunião, os líderes avaliam os progressos de suas ações, observam a realidade das famílias que acompanham, julgam as causas e conseqüências de determinada situação, unem esforços e avaliam quais alternativas podem ajudar a família ou a comunidade.

Consta ainda da metodologia, um sistema de informação que mede o impacto dos esforços, com base nos dados do caderno do líder, cujo objetivo principal é retornar às comunidades com estímulos e reforços de informações para superar as dificuldades.

Essa grande rede de informação, que reúne as coordenações da Pastoral da Criança em todo o Brasil, é responsável por avaliar todas as ações, contribuindo para definir os objetivos e motivar os voluntários. Todos os meses os líderes comunitários coletam informações sobre as crianças acompanhadas durante a Visita Domiciliar e o Dia da Celebração da Vida. Na reunião de avaliação e reflexão eles preenchem esses dados na FABS – Folha de Acompanhamento das Ações Básicas de Saúde, que é enviada para a Coordenação Nacional da Pastoral da Criança em Curitiba, a qual digita, sistematiza e devolve às comunidades sob a forma de um Relatório trimestral, parabenizando pelas conquistas, alertando para os riscos e orientando sobre como melhorar as ações que não obtiveram bons resultados.

Os Relatórios trimestrais ficam disponíveis no site da Pastoral da Criança, para toda a sociedade e com as informações a Pastoral ajuda a mobilizar governos, entidades e formadores de opinião para que juntos possam mudar a realidade das crianças pobres brasileiras.

Para Oscar Castillo, ex-oficial de saúde sênior da Unicef “o sistema de informação da Pastoral da Criança é o único no mundo com uma quantidade tão grande de informantes. Sua massa crítica tem um valor potencial que pode ser explorada por outros organismos. É muito útil para a própria Pastoral da Criança, mas também para tomar grandes decisões e identificar áreas de intervenção”.

3.6.1 Sensibilização da comunidade para o voluntariado

Segundo a ONU, "O voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social ou outros campos".

"Trata-se de um serviço comprometido com a sociedade alicerçado na liberdade de escolha. O voluntário promove um mundo melhor e torna-se um valor para todas as sociedades." (Definição da Associação Internacional de Esforços Voluntários).

Para o Programa Voluntário do Conselho da Comunidade Solidária: "O voluntário é o cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causa de interesse social e comunitário".

Alguns fatores ajudam a Pastoral da Criança a conquistar voluntários e a manter o vínculo (há pessoas que trabalham há quase vinte anos; às vezes elas se afastam devido a problemas familiares, mas depois retornam ao trabalho voluntário); a promoção humana, a organização de uma rede de solidariedade que se comunica entre si e a referência da fé. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2006).

Busca-se, no interior das comunidades carentes, pessoas que desejem, voluntariamente, modificar o quadro de miséria e doença. Essas pessoas são geralmente mulheres, são líderes comunitárias, multiplicadoras culturais que levam as técnicas de controle da mortalidade infantil, planejamento familiar, alfabetização,

entre outros, ao público alvo da Pastoral da Criança, ou seja, gestantes e crianças até seis anos de idade.

O trabalho da Pastoral da Criança depende, exclusivamente, de seus voluntários. Mais de 267 mil pessoas acompanham mais de 1,9 milhões de crianças e 97 mil gestantes em mais de 42 mil municípios brasileiros. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2006). O número de líderes comunitários atuantes na Pastoral da Criança, por estado, estão estabelecidos na Tabela 4.

TABELA 4 - NÚMERO DE LÍDERES COMUNITÁRIOS ATUANTES NA PASTORAL DA CRIANÇA, POR ESTADO, NO ANO DE 2003.

Minas Gerais	19.930
Paraná	18.599
São Paulo	17.686
Bahia	13.803
Pará	5.650
Rio Grande do Sul	6.340
Rio de Janeiro	5.555
Maranhão	4.493
Pernambuco	3.964
Santa Catarina	4.128
Ceará	3.417
Espírito Santo	4.372
Mato Grosso	3.492
Paraíba	3.038
Amazonas	3.038
Piauí	2.747
Goiás	3.079
Rio Grande do Norte	2.406
Alagoas	1.681
Mato Grosso do Sul	1.769
Sergipe	1.302
Tocantins	1.197
Rondônia	1.030
Acre	692
Distrito Federal	725
Amapá	299
Roraima	111

Fonte: Pastoraldacriança@org.br.

A maior parte dos voluntários vivem na comunidade, além desses, há mais de 7 mil equipes de coordenação, espalhadas pelo Brasil, compostas de pessoas capacitadas a orientar as mães; muitas vezes são profissionais, aposentadas, idosos e há também muitos jovens bastante atuantes.

O trabalho essencial é a organização da comunidade e a capacitação dos líderes voluntários que vivem nas comunidades e assumem a tarefa de orientar e acompanhar entre 10 a 20 famílias vizinhas, em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, para que elas se tornem sujeitos de sua própria transformação pessoal e social. Cada líder voluntário acompanha, em média 13 famílias, e trabalha 24 horas ao mês; no Brasil são mais de 1,8 milhão de visitas domiciliares acontecendo todos os meses.

Sempre são realizados encontros regionais anuais, neles, participa uma representante por diocese, eleita para coordenar e representar as bases, falar a respeito das dificuldades que enfrentam e apresentar propostas para superar as dificuldades.

Além desses encontros regionais, em cada Estado há encontros com as dioceses às quais promovem reuniões com as paróquias e, nessas últimas com as comunidades. O resultado de tudo isso é que as famílias visitadas estão cuidando melhor de suas crianças e ganhando auto-estima para transformar suas vidas e de seus filhos.

3.6.2 Difusão do conhecimento e experiências acumuladas

A socialização de conhecimentos e experiências dentro da Pastoral da Criança vêm alcançando resultados positivos no interior das comunidades atendidas pela instituição, além de explicitar um novo entorno político para as relações estabelecidas entre as pessoas e a posse de conhecimentos, técnicas e práticas sociais. Os conhecimentos são socializados dentro da Pastoral no contato direto entre os voluntários e as famílias, o que vem gerar uma rede de informações, cujas experiências são somadas, trocadas e enriquecidas, logo, com essas práticas, cria-se um ambiente democrático para a difusão do saber e do conhecimento popular.

3.6.3 Capacitação da comunidade voluntária

A Pastoral da Criança mantém um sistema de capacitação bem organizado, sua base de ação é simples: líderes comunitários recebem treinamento especial de voluntários e dividem o conhecimento adquirido com os vizinhos.

Para que o voluntário possa realizar o seu trabalho e gerar transformação social, precisa sentir-se preparado e munido de ferramentas adequadas. Por isso, a Pastoral da Criança capacita todos os seus voluntários nas ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania. A formação básica inicial é de 52 horas e entre os programas de formação destacam-se:

Capacitação - atividade pedagógica, cujo objetivo é tornar as pessoas mais capazes de exercer determinadas atividades. A capacitação é coordenada por uma equipe preparada, com carga horária, programa e materiais educativos definidos e

desenvolvida para o público-alvo específico. Para ser eficaz deve contemplar a prática-teoria-prática e ser trabalhada através de atividades que privilegiem o diálogo entre os participantes. Para um bom aproveitamento é necessário que as turmas tenham em torno de 20 participantes.

Formação contínua - processo que engloba desde as atividades de capacitação inicial, de aperfeiçoamento e até o acompanhamento do trabalho desenvolvido nas comunidades. A formação contínua deve ter por base os seguintes aspectos: aprofundamento dos conhecimentos técnicos; vivência da mística que envolve fé e vida; a realidade das comunidades e o saber de coordenadores, líderes e profissionais envolvidos.

Oficinas de aperfeiçoamento: oportunidades pedagógicas para aprofundamento de conteúdos trabalhados na capacitação de Ações Básicas de Saúde, Nutrição, Educação e Cidadania considerados necessários e importantes para complementar e enriquecer os conhecimentos já existentes.(PASTORAL DA CRIANÇA,2006)

Para se integrar a uma equipe de capacitação da Pastoral da Criança as pessoas necessitarão as seguintes etapas:

- 1- participar de uma reunião na Diocese, onde terão oportunidade de assistir ao vídeo "Festa da vida", receber informações sobre o trabalho e materiais educativos para a leitura (Guia do líder, Nós somos a Pastoral);
- 2- retornar, ao fim de um período determinado para debater, tirar as dúvidas e acertar os detalhes das atividades que irá fazer;
- 3- acompanhar líderes em 06 visitas domiciliares a famílias de diferentes comunidades;
- 4- estar presente em 01 dia de celebração da vida;

5- acompanhar duas reuniões de líderes para avaliação (FABS) em paróquias diferentes;

6- preencher um cadastro, assumindo compromissos de acordo com sua vocação e disponibilidade de tempo.

Após o cadastramento, os voluntários serão capacitados de acordo com a atividade que se propõem a realizar. A equipe nacional forma multiplicadores por estado que assume o compromisso de realizar no mínimo 04 capacitações de capacitadores. Por sua vez esses capacitadores assumem o compromisso de realizar no mínimo 04 capacitações de líderes.

A Coordenação Nacional expedirá certificado às pessoas que cumprirem todas as etapas estabelecidas para a capacitação e/ou oficinas de aperfeiçoamento, sejam eles capacitadores ou líderes.

Dentro do processo de formação a Pastoral da Criança utiliza o método: Ver, Julgar, Agir, Avaliar e Celebrar, que tem por objetivo despertar o senso crítico e a capacidade de perceber a realidade como ela é.

Com isso os líderes podem, VER o resultado do trabalho realizado, JULGAR aperfeiçoando-se nos conhecimentos, AVALIAR o que está bom e o que pode ser melhorado, AGIR planejando e executando as atividades e CELEBRAR as conquistas fruto desse trabalho.

Para a formação contínua de líderes a Pastoral da Criança utiliza:

- Metodologia interativa; fazendo correlação do texto com a realidade, aprofundamento, debates e dinâmicas;
- Leitura de conteúdo; de formas diversificadas;
- Oficinas práticas; buscando o resgate da qualidade das ações.

Para assegurar a qualidade da capacitação é definida a carga horária mínima para alcançar os objetivos e também o número ideal de participantes para melhor aproveitamento do conteúdo.

O Guia do Líder é a base dessa capacitação e o principal instrumento dos voluntários da Pastoral da Criança, nele estão informações sobre os principais ciclos da criança, desde a gestação, o primeiro mês de vida até os seis anos.

Além do Guia do Líder e das FABS, outras oito ferramentas básicas auxiliam o trabalho dos voluntários em todo o Brasil:

- . Cartão da Gestante – constam informações como a data provável do parto, tipo de sangue, vacinas, peso e pressão arterial.
- . Laços de amor – conjunto de cartelas sobre a gestação com informações sobre o desenvolvimento do bebê e as alterações no corpo da mulher.
- . Balança – símbolo de saúde e confraternização da Pastoral da Criança.
- . Cartão da Criança – Anotações das vacinas e do desenvolvimento da criança.
- . Colher-medida de soro caseiro – Com medidas exatas para sal e açúcar, que devem ser adicionadas a um copo de 200 ml de água limpa.
- . Caderno do Líder – registro histórico de todo o trabalho do líder da Pastoral da Criança. Nele constam 27 indicadores referentes à criança e à gestante, que o líder acompanha mensalmente.
- . Os 10 Mandamentos para a Paz na Família – sintetizam os princípios que regem a mensagem de Paz que o líder partilha com as famílias que acompanha. O material contém lições de respeito, união familiar, direitos e deveres.

3.7 TRANSFERÊNCIA DOS CONHECIMENTOS METODOLÓGICOS DA PASTORAL DA CRIANÇA PARA OUTROS PAÍSES

Segundo a lei brasileira nº 5172/66, um organismo nacional filantrópico, como a Pastoral da Criança, não pode transferir recursos para atividades em outros países, no entanto, a metodologia da Pastoral da Criança rompeu as fronteiras do Brasil, com ações simples, facilmente replicáveis e de baixo custo, serve de modelo e tecnologia para projetos semelhantes em outros 16 países que já iniciaram ou estão implantando atividades baseadas no modelo da Pastoral, na América Latina, África e Ásia.

Este resultado foi alcançado através de visitas realizadas a muitos países latino-americanos e africanos e também de representantes desses países, que vieram ao Brasil conhecer o trabalho da Pastoral, e de capacitações realizadas especificamente para coordenadores de outros países interessados na metodologia. Nesses cursos, que duram em média 15 dias, os participantes recebem informações sobre a experiência brasileira e fazem estágios junto às comunidades organizadas. E, a partir dessa capacitação, retornam a seus países e iniciam lá a Pastoral da Criança, de forma independente e adaptada à realidade local, e promovem também alterações significativas nos seus indicadores sociais.

Apesar de ainda menos estruturadas e mais novas do que a Pastoral da Criança do Brasil, as experiências internacionais já têm alcançado sucesso e despertado a esperança de muitas pessoas. Vários testemunhos indicam a redução

da desnutrição e da mortalidade infantil nas comunidades organizadas no exterior, além do fortalecimento da participação social.

3.7.1 Formação de redes sociais

As redes tratam-se de relações e interações que se estabelecem com uma finalidade e se interconectam por meio de linhas de ação ou trabalhos conjuntos. Os pontos de rede podem ser pessoas, instituições ou grupos e os diferentes tipos de redes têm uma função na vida de cada pessoa.

Segundo definição da Rede de Informações para o Terceiro Setor – (RITS) “Redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns.”

Na comunidade é uma estrutura social estabelecida de forma orgânica, ou seja, se constitui a partir de dinâmicas coletivas e historicamente única, logo, sua própria história e sua cultura definem uma identidade comunitária.

É preciso considerar a importância das redes pessoais de relacionamento como uma conduta para a informação e o conhecimento. Esses relacionamentos não só ajudam as pessoas na sua aprendizagem como também formam uma rede dinâmica na partilha do saber. Permitem o exercício da solidariedade em situações diversas, principalmente quando há ameaças, riscos, acidentes coletivos ou individuais.

Para MACHADO (2002, p.47), “ a formação de redes entre as organizações da sociedade civil é condição para que se concretize uma participação efetiva do chamado Terceiro Setor no desenvolvimento de políticas sociais na América Latina.”

3.7.2 Países que desenvolvem ações semelhantes

A partir da experiência brasileira, a Pastoral da Criança está colaborando para a melhoria da situação da criança em outros países. Entre os países que já desenvolvem ações semelhantes às da Pastoral, destacam-se os contidos no quadro abaixo.

QUADRO 1 – PAÍSES QUE ADOTAM AÇÕES SEMELHANTES ÀS DA PASTORAL DA CRIANÇA.

África	Angola Guiné-Bissau Moçambique
América Latina	Argentina Bolívia Colômbia Guatemala Honduras México Panamá Paraguai República Dominicana Uruguai Venezuela
Ásia	Filipinas Timor Leste

Fonte: www.pastoraldacrianca.org.br (fevereiro de 2007)

3.8. PARCERIAS SOCIAIS

É sobre o conceito de Responsabilidade Social que as parcerias entre empresas e organizações sociais estão se desenvolvendo nos últimos anos. As primeiras manifestações de que as empresas deveriam preocupar-se com o aspecto social datam no início do século XX (DIAS; DUARTE, 1986).

As ações de Responsabilidade Social, no contexto empresarial, são aquelas que se comprometem em contribuir para a melhoria de qualidade de vida da sociedade (VENTURA, 2003)

Para Zilda Arns, a experiência da Pastoral da Criança demonstra que “a solução dos problemas sociais dependem da valorização do tecido social, do potencial de cada pessoa e de políticas públicas para os mais necessitados”. É uma tarefa que deve ser compartilhada entre governo, empresários e sociedade civil. “As parcerias entre eles são de fundamental importância na busca da realização do trabalho eficaz que realmente chegue às famílias e às comunidades.”

Na Pastoral da Criança o parceiro pode escolher como quer colaborar para o desenvolvimento das ações, são eles:

- . Parceiros técnicos: assessoram na produção de materiais educativos, no controle social, no desenvolvimento de estratégias de combate a desigualdade social, na gestão, na informatização, entre outros.

- . Parceiros Institucionais: colaboram financeiramente e, por não vincularem o recurso doado a nenhum projeto específico, permitem que a Pastoral decida a melhor forma de aplicar o recurso. Essas doações viabilizam a criação de novas metodologias e avaliação ou aperfeiçoamento de programas já existentes, atendendo também as necessidades emergenciais ou estruturais.

- . Parceiros em Projetos e Programas: assessoram e colaboram financeiramente em projetos e programas específicos, com objetivos e abrangência previamente definidos.

Em GRAJEW (2002,p.22) “A interlocução com os diversos públicos possibilita aos parceiros delinear criteriosamente as demandas e levar em conta os diferentes

interesses.[...] Empresas, governo e organizações da sociedade civil têm percebido que as relações de parcerias socializam conhecimentos, experiências, aprendizados e recursos e têm conseqüências satisfatórias do que obteriam se isolados.”

3.8.1 Principais parcerias nacional e internacional

A necessidade de atender ao incessante crescimento das demandas sociais forçou as ONG's à diversificação da captação de recursos não somente da cooperação internacional, principal fonte financiadora dessas organizações, mas também do Estado e, mais recentemente das empresas.

Os maiores parceiros da Pastoral da Criança são os seus voluntários. Sem eles, seria impossível realizar o trabalho da Pastoral; por isso, nada mais justo incluí-los entre os apoiadores da entidade. Eles não contribuem com dinheiro, e sim com dedicação e amor inestimável, no entanto se for contabilizado economicamente esse trabalho, partindo-se de valores mínimos como o salário mínimo de 350 reais, proporcional a 24 horas de dedicação mensais, o valor gerado seria de 75 milhões de reais anuais. Isso representa mais do que o dobro total de recursos financeiros recebidos das parcerias de convênios com empresas, outras instituições e pessoas (JORNAL DA PASTORAL DA CRIANÇA, fevereiro de 2007, p.15)

A Pastoral da Criança recebe apoios nacionais e internacionais, tanto de órgãos ligados à igreja como de órgãos governamentais e não-governamentais. Seus principais parceiros técnicos são: Unicef, Fundação Grupo Esquel, Centro de Pesquisa Epidemiológica da Universidade Federal de Pelotas, Organização Pan-

Americana de Saúde, USP- Departamento de Nutrição, UFPR – Departamento de Informática, Federação das APAEs, entre outros.

Os principais parceiros institucionais: ANAPAC- Associação Nacional de Amigos da Pastoral da Criança, HSBC, GOL – linhas aéreas inteligentes, GERDAU, doações espontâneas através de fatura de energia elétrica – PR, BA, ES, MS, AL, SC, GO, PA, MT e SP.

Principais parceiros em Projetos e Programas: Ministério da Saúde, Criança Esperança, SEBRAE, Ministério da Educação e do Desporto, Governo dos Estados do MA, PR, ES, RS, PA, PB, RJ e MG, Nestlé.

A Cooperação Internacional encontrou nas ONG's ótimas parceiras, com experiências em projetos sociais, responsabilidade jurídica, capazes para receber diretamente financiamento externo.

Os parceiros internacionais colaboraram muito com a Pastoral da Criança, especialmente nos seus doze primeiros anos de existência, apoiando projetos específicos, como os de alfabetização de jovens e adultos, geração de renda, desenvolvimento infantil, e outros. O UNICEF foi quem manteve a Pastoral da Criança em seus três primeiros anos de existência, e dentre os parceiros internacionais destacam-se a Organização Misereor (Alemanha), Organização Adveniat (Alemanha), Irmãos Escolares Nossa Senhora de Munique (Alemanha) Missio Áustria (Áustria) e a Fundação Bernard van Leer (Holanda)

Todos os recursos viabilizam o acompanhamento em serviço dos líderes da Pastoral da Criança, a produção e distribuição do material educativo, a capacitação dos voluntários. Além de testar e aperfeiçoar a metodologia do trabalho, avaliar as ações e promover a expansão da Pastoral da Criança para as comunidades pobres.

As fontes de recursos da Pastoral da Criança contabiliza em voluntários e recursos não monetários um total de R\$ 95.643.279,38; outras fontes de recursos R\$ 1.872.133,00; doação em Bens de Consumo R\$ 983.706,92 e financeiro R\$ 42.402.807,22, perfazendo um total de R\$ 140.901.926,52. (JORNAL DA PASTORAL DA CRIANÇA, fevereiro de 2007, p.16). As demonstrações contábeis e financeiras encontram-se na Tabela 5.

TABELA 5 – FONTES DE RECURSOS- entre outubro/2005 e setembro/2006

Líderes Comunitários	R\$ 75.164.708
Equipes de Apoio na Comunidade	R\$ 10.328.785
Coordenações	R\$ 9.999.786
Assoc. Nacional de Amigos da Pastoral da Criança	R\$ 1.872.133
Doações em Bens de Consumo	R\$ 983.707
Estado PR	R\$ 150.000
Ministério da Saúde	R\$ 26.069.519
HSBC Bank Brasil S.A.	R\$ 2.962.238
Convênio Estados/Municípios/ANVISA	R\$ 2.464.289
Doações Companhias de Energias	R\$ 2.214.382
Criança Esperança	R\$ 2.060.257
Resultado Financeiro das Aplicações	R\$ 1.530.209
Doações Setores e Estados	R\$ 1.220.993
Doações em nível Nacional	R\$ 1.099.825
Ministério da Educação	R\$ 782.992
SEBRAE	R\$ 521.475
Gerdau Aços	R\$ 512.417
GOL Linhas Aéreas	R\$ 458.333
Ministério do Desenvolvimento	R\$ 285.678
Nestlé Brasil	R\$ 220.271
Em Voluntários e Recursos não Monetários	R\$ 95.643.279,38
Outras Fontes de Recursos	R\$ 1.872.133,00
Doação em Bens de Consumo	R\$ 983.706,92
Financeiro	R\$ 42.402.807,22
Total	R\$ 140.901.926,52

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras aprovadas pela Assembléia Geral 2006

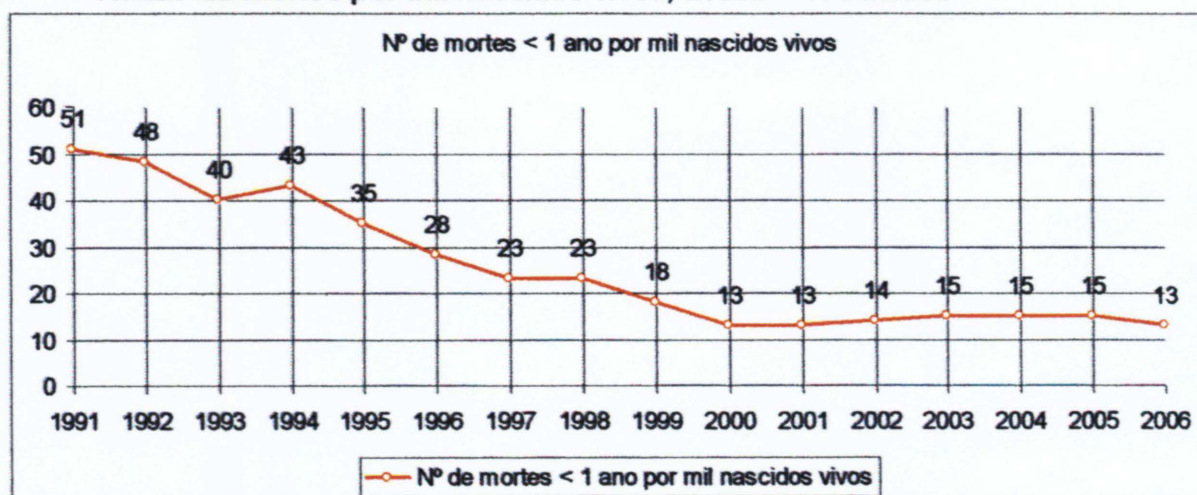
3.9 PRINCIPAIS RESULTADOS DA PASTORAL DA CRIANÇA NOS ÚLTIMOS ANOS.

Com mais de vinte anos de experiência, a Pastoral da Criança demonstra que é possível reduzir a mortalidade infantil, desenvolver o potencial da criança, educar a mulher, prevenir a marginalidade na família e, conseqüentemente, nas comunidades e nas ruas, promover a fraternidade, através da formação de redes de solidariedade humana, organizadas em comunidades pobres e continuamente aperfeiçoadas.

Nas comunidades pobres, onde a Pastoral da Criança atua, a mortalidade infantil é de 13 mortes a cada mil crianças nascidas vivas, quase a metade da média nacional, 26 mortes por mil, conforme dados do IBGE 2004. Nestes 24 anos, a Pastoral da Criança espalhou-se por todo o Brasil, diminuindo significativamente os índices de mortes de crianças menores de 1 ano, conforme observado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 2 – REDUÇÃO DE NÚMEROS DE MORTES ENTRE 1991 a 2006

Mortes de crianças menores de 1 ano na Pastoral da Criança
Razão de Mortes por mil nascidos vivos, Brasil – 1991/2006



FONTE: Sistema de Informação da Pastoral da Criança, Abrangências por níveis Brasil ano de 2006.

O custo das ações que realiza, segundo Zilda Arns, é muito baixo, cerca de R\$1,58/mês por criança acompanhada, já que se trabalha com muitos membros voluntários, desenvolvendo atividades de baixo custo e muita criatividade (Gráfico 3).

**GRÁFICO 3 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS – POR CRIANÇA /
Mês-outubro/2005 a setembro/2006**



Outros resultados que merecem destaque são a redução da violência e da marginalidade e o retorno das famílias atendidas a valores éticos, aptos a preservar o que existe de melhor na vida da comunidade.

Quanto ao reconhecimento, a dedicação de seus voluntários rendeu à Pastoral da Criança e a sua fundadora, prêmios e distinções de centenas de Organizações e Instituições Nacionais e Internacionais como: Rey de Espana de Derechos Humanos (Gov.Espanhol/2005), Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

(Gov. Brasileiro/2005), Direitos Humanos e Cultura de Paz (Unesco/2000) Prêmios Criança e Paz e Maurice Patê (Unicef/1991 a 1993), entre muitos outros.

Foi indicada pelo Governo Brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz nos anos de 2001 a 2004. Dra. Zilda Arns recebeu condecorações tais como: Heroína da Saúde Pública das Américas (OPAS/2002), 1º Prêmio Direitos Humanos (USP/2000); Personalidade Brasileira de Destaque no Trabalho em Prol da Saúde da Criança (Unicef/1998); Prêmio Humanitário (Lions Club Internacional/1997); Prêmio Internacional em Administração Sanitária (OPAS/1994); títulos de Doutor Honoris Causa das Universidades: UFPR, PUC-PR, UFSC e Unesc. Dra. Zilda é também Cidadã Honorária de 10 estados e 34 municípios; foi homenageada por diversas outras instituições, Universidades, Governos e Empresas.

Com esse reconhecimento fica evidente a importância do papel social da Pastoral da Criança, cujas ações são indispensáveis às famílias e comunidade que atuam como atores diretos de sua própria transformação.

4. PROPOSTA METODOLÓGICA DA PASTORAL DA CRIANÇA APLICADA À COMUNIDADE ESCOLAR

A idéia dessa proposta partiu de um estudo onde foi possível conhecer, analisar e avaliar a metodologia utilizada pela Pastoral da Criança nas ações junto às famílias e comunidades. No entanto, é necessário pontuar alguns aspectos relevantes que levaram a propor o modelo da metodologia de trabalho dessa Organização para a comunidade escolar.

A base do trabalho da Pastoral da Criança são a família e a comunidade; a superação de uma prática assistencialista por uma ação sócio-educativa; a socialização dos conhecimentos de saúde, nutrição, educação e cidadania; o contato direto entre voluntários e as famílias, gerando uma rede de informações, cujas experiências são somadas, trocadas e enriquecidas; o desenvolvimento de projetos, atividades de baixo custo e com muita criatividade; a multiplicação do saber e da solidariedade, através de seus líderes comunitários; a organização e a metodologia do sistema de capacitação e formação continuada da comunidade voluntária; o sistema de informação para toda a sociedade; além disso, o mais importante, a transformação social da família e comunidade.

Com os resultados positivos, a Pastoral da Criança vem demonstrando que é possível viabilizar ações concretas voltadas às famílias e comunidades, com metodologias de socialização de conhecimentos e experiências.

Neste contexto o que se observa é que as relações entre a escola e a família têm se modificado muito nas últimas décadas; há uma transferência de responsabilidade da família para a escola, ou seja, uma tendência de atribuir à

escola funções que antes eram inerentes à família. Logo, a família deve ser orientada, no sentido de perceber que tem também um papel importante para não distorcer o sentido da educação escolar e, para isso é preciso haver uma mudança de postura diante da escola através de práticas concretas e laços de solidariedade

Com o modelo de ações sócio-educativas da Pastoral da Criança, acredita-se que deva aproximar a comunidade à escola, fortalecendo assim suas relações e resgatando o papel da família no acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se uma sociedade livre não pode ajudar os muitos que são pobres, acabará não podendo salvar os poucos que são ricos”.

John Kennedy

Este estudo apresentou uma série de conceitos com o intuito de esclarecer a atuação e organizações do Terceiro Setor e como se pôde observar, desde a década de 1980 vem se fortalecendo, no Brasil, o chamado “Terceiro Setor”, responsável por agregar as atividades e ações da área social.

Uma vez determinada a ineficiência do Primeiro Setor (Estado) em absorver o contingente crescente e a dificuldade do Segundo Setor (Mercado) em colaborar para diminuir as diferenças sociais, toda a concentração de ações assistencialistas e filantrópicas até então implementadas, migraram para um novo setor, o qual surgiu de forma organizada, com enfoque empresarial e forte poder ideológico, embasando-se no tripé cidadania, solidariedade e reformulação do espaço público.

Neste contexto, este estudo procurou discorrer sobre o trabalho comunitário desenvolvido pela Pastoral da Criança, maior organização não governamental do Brasil, atendendo aos objetivos proposto em descrever, analisar a metodologia que a Pastoral utiliza no envolvimento e comprometimento da comunidade, na capacitação de seus voluntários, na difusão do conhecimento e na multiplicação do saber e da solidariedade. Juntamente a isso se acrescenta uma reflexão dos resultados atingidos por essa organização junto às famílias e comunidades.

Verifica-se que a trajetória da Pastoral da Criança é repleta de histórias de esperança, conquistas, superação das dificuldades e transformação da realidade. O acompanhamento das famílias e crianças em cada comunidade é um exemplo do que a sociedade organizada é capaz de fazer na busca de soluções para os problemas sociais

Os números por sua vez revelaram que o trabalho da Pastoral da Criança é bem recebido em todos os cantos do país. São muitos os números que cercam esse trabalho de sucesso, mas o mais importante dos dígitos não foi e nunca será contabilizado: a transformação social das comunidades, que têm como protagonistas os próprios voluntários e famílias acompanhadas.

A experiência destes 24 anos de trabalho demonstra que a garantia da qualidade de vida e de oportunidades iguais para todas as pessoas depende da transformação do tecido social e de políticas públicas, portanto, é uma tarefa que deve ser compartilhada entre governo, empresários e sociedade civil. Por isso as parcerias entre esses setores são de fundamental importância na busca da realização de um trabalho eficaz, que realmente chegue às famílias e comunidades, envolvendo-as como atores diretos de sua própria transformação social. Diante dessas colocações, fica evidenciado que o principal fator de êxito da Pastoral da Criança é a participação comunitária.

Nesta perspectiva, as considerações apontam para a possibilidade de desenvolver nas escolas públicas de Curitiba, ações baseadas no modelo da Pastoral da Criança; e neste sentido apresenta-se como sugestão, a reestruturação das APMFs -Associações de Pais, Mestres e Funcionários, cujo modelo de política

pública educacional, ainda apresenta resultado insuficiente junto à comunidade escolar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, E. **Pastoral da Criança: a força da solidariedade**. Londrina: Livre iniciativa, 2000.

BRASIL, Lei 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências, como o Termo de Adesão.

CARDOSO, R.C. **Fortalecimento da sociedade civil. , Terceiro Setor – Desenvolvimento Social Sustentado**, GIFE/Paz e Terra, São Paulo: 1997.

COELHO, S.T. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

DRUCKER, P. **Administração de organizações sem fins lucrativos – princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FALCÃO, J.; CUENCA, C. **Mudança social e reforma legal: estudos para uma nova legislação do Terceiro Setor**. Série Marco Legal do Terceiro Setor, v.3. Brasília, Conselho da Comunidade Solidária, 1999.

FERNANDES, R.C. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

GONÇALVES, E.P. **Escolhendo o percurso metodológico**. In: _____ Conversas sobre iniciação à pesquisa. São Paulo: Alínea, 2001.

GRAJEW, O. **A arte do trabalho em grupo**. In: EXAME. Edição Especial – Guia de Cidadania Corporativa. São Paulo: Ed. Abril. 2002. p.22

HUDSON, M. **Administrando organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Responsabilidade social & Cidadania empresarial**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

NANUS, B., DOBBS, S.M. **Liderança para o Terceiro Setor**. São Paulo: Futura, 2000.

NEUMANN, Z.A. **Depoimento: Zilda Arns Neumann**: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003.

OLIVEIRA, M.D. **O protagonismo dos cidadãos e de suas organizações**: um fenômeno recente, massivo e global. <http://idac.rits.org.br>. Acesso em 14 junho 2006.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Alimentação Enriquecida: alguns cuidados importantes**. 2000. Disponível em: <http://www.rebidia.org.br>. Acesso em 20 de setembro 2006.

SALAMON, L. **Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor**. In IOSCHPE, E.B. (Org). 3º setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

TENÓRIO, F. (org) **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

Pesquisa em Sites

SITE ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Disponível em <http://www.abong.org.br>. Acesso em 12 abril 2007.

SITE REBIDIA- Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e Adolescência. Disponível em <http://www.rebidia.org.br/pastoral>. Acesso em 10 junho 2006.

SITE RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor. Disponível em <http://www.rits.org.br/index.html> Acesso em 26 março 2007.

SITE Conselho da Comunidade Solidária - Brasília. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/publi>. Acesso em 05 março 2007.

7. ANEXOS

Anexo I - Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a Instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador de serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

(Lei assinada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, no dia 18 de fevereiro de 1998)

Anexo II - Parcerias

Principais Parceiros

Para realizar seu serviço em todo o Brasil, a Pastoral da Criança conta com importantes apoios:

Parceiros Institucionais:



GERDAU

• HSBC

• Novartis

Parceiros em Projetos e Programas:



Ministério da Saúde



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



• SEBRAE • Ministério da Educação e do Desporto.

Outros parceiros:

• Doações espontâneas efetuadas através de faturas de energia elétrica nos estados do PR, BA, MS, ES, GO, PA, SC, AL, MT • ANAPAC • TCO VIVO • Governo do Estado do Maranhão, Paraná e Espírito Santo • Kraft Foods do Brasil • Nestlé.

Parceiros Técnicos:



• Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS • SBP • FEBRASGO • UFPR - Informática • USP - Nutrição • CONASS • CONASSEMS • Federação das APAEs.

